



aA REALIDADE DE ESTUDANTES-TRABALHADORES/AS E OS DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Dionéia Edlyng Maciel ¹
Orientador: Alessandro de Melo ²

RESUMO

O cotidiano das instituições de ensino superior públicas no Brasil, dentro do contexto de uma sociedade capitalista, permite observar e refletir sobre os dilemas e os conflitos dos/as acadêmicos/as em assegurar sua permanência nas universidades. Tal contexto, ao ser analisado na perspectiva da realidade de trabalhadores/as que também são estudantes nas universidades, evidencia algumas preocupações, entre elas, quanto às condições sob as quais estes/as exercem as atividades acadêmicas e o trabalho assalariado concomitantemente e se é possível conciliar tal relação de forma saudável, humanizada e autorrealizadora para o/a estudante-trabalhador/a, sem prejuízos aos seus objetivos educacionais. São situações que demandam análise a partir de uma lógica dialética de compreensão das categorias trabalho e educação, a fim de que possam ser apreendidas considerando a indissociabilidade da relação entre as duas e sua constituição na existência humana, composta por múltiplos e contraditórios elementos que resultam do ordenamento político, econômico, social e cultural do capitalismo. Sob tal perspectiva, este trabalho apresenta-se com o objetivo de dialogar sobre a correlação entre a realidade de trabalho dos/as estudantes universitários/as e suas condições (objetivas e subjetivas) para realização e conclusão do ensino superior. Tendo como base o conhecimento científico, o trabalho adota como método o materialismo histórico-dialético. De natureza qualitativa, utiliza-se de levantamento bibliográfico para coleta de dados e informações em livros e periódicos visando maior aprofundamento sobre o tema. Em suas considerações, elucida que, ao tratar sobre a realidade dos/as estudantes, identifica-se a existência de desafios inerentes à conjuntura da sociedade capitalista, desde as alterações nas formas de emprego e gestão da força de trabalho e dos processos produtivos, como as jornadas múltiplas que podem levar ao adoecimento e desgaste (físico e emocional) dos indivíduos, situação agudizada por relações de trabalho que degradam e desumanizam.

Palavras-chave: Trabalho e educação, Universidade, Permanência estudantil, Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Educação e trabalho podem ser compreendidos como categorias que refletem as relações sociais de produção e o desenvolvimento humano histórico e social. O processo educativo se vincula/subordina ao mundo do trabalho e, portanto, compreendê-lo é importante para apreender o contexto da educação. Isso porque, conforme sinaliza Netto e Braz (2012), o trabalho aparece não somente como uma categoria econômica, mas, sobretudo como um

¹ Assistente Social, Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, E-mail: ddioneia@gmail.com .

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa, E-mail: alessandrodemelo@uepg.br .



aspecto importante à compreensão do fenômeno humano-social. Logo, o que sinaliza a indissociabilidade da relação entre trabalho e educação, é sua constituição na existência humana, composta por múltiplos e contraditórios elementos que resultam do ordenamento político, econômico, social e cultural do capitalismo.

Tal contexto, ao ser analisado na perspectiva do cotidiano de trabalhadores/as que também são estudantes nas universidades, evidencia algumas preocupações, entre elas, pensar em que condições exercem, concomitantemente, atividades acadêmicas e o trabalho assalariado; e se é possível que essa conciliação ocorra de forma saudável, humanizada e autorrealizadora para o/a trabalhador/a-estudante, sem prejuízos aos seus objetivos educacionais. São situações que demandam análise a partir de uma lógica dialética de compreensão das categorias trabalho e educação, a fim de que possam ser de fato apreendidas.

Trata-se de uma realidade permeada de desafios, pois, conforme afirma Sampaio (2011), as desigualdades com as quais a classe trabalhadora se depara ao longo da sua existência, são reiteradas no ingresso na universidade, quando o enfrentamento de exigências institucionais e intelectuais mais complexas, agregadas às necessidades de subsistência, vão esbarrar na sua história e evidenciar o movimento entre escolha e adaptação. Nem todos/as conseguem concluir os cursos de graduação e, mesmo que a dificuldade para permanência não seja o único fator que pode levar à interrupção de um curso superior (Andrade, 2023), se trata de um fator de relevância dadas as condições objetivas e subjetivas dos/as estudantes, assim como causa impactos na vida pessoal e acadêmica daqueles/as que permanecem.

Além disso, compreende-se que o ensino superior envolve questões que vão além da formação acadêmica. Os/As estudantes inseridos/as nessa realidade enfrentam desafios gerados e/ou complexificados pela conjuntura de uma sociedade capitalista. Sendo assim, compreende-se a pertinência do estudo, pela possibilidade de refletir sobre as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da crise do capital, e seus impactos na configuração e desenvolvimento da política educacional e na realidade de acesso e de permanência da classe trabalhadora no ensino superior.

METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se em um estudo bibliográfico, sendo realizado levantamento a partir de “[...] pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizando-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados” (Severino, 2007, p. 122).



Para tanto, realiza-se uma abordagem qualitativa, pois esta possibilita, de acordo com Severino (2007), conhecer o ser humano e os importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito.

E tem como método de análise o materialismo histórico-dialético, o qual se insere no campo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição e das mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade. A reflexão dialética, segundo Ianni (2011), implica se colocar diante do fato, interrogando-o sobre todas as perspectivas, partindo do reconhecimento de que o acontecimento não se dá a conhecer de forma imediata, pois a realidade, complexa, heterogênea e contraditória apresenta diversas peculiaridades e se revela sobre diferentes faces, devendo ser compreendido como um todo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Definir a educação como campo de investigação indica um compromisso em buscar e produzir conhecimento sobre os múltiplos fatores que perpassam o desenvolvimento, não apenas das políticas educacionais, mas das concepções de educação construídas social e historicamente.

Nessa direção, ao problematizar a relação intrínseca entre a educação e a totalidade dos processos de produção e de reprodução da vida social, Mészáros (2008) afirma que o papel da educação é vital, tanto para a manutenção do que define como um sistema sociometabólico do capital, como para o processo de transformação social. Contudo, a partir das transformações nesse modo de produção e reprodução, especialmente com a expansão capitalista, a educação se tornou essencial para fornecimento de conhecimentos e capacitação da força de trabalho para a maquinaria produtiva, além de uma ferramenta eficaz para transmissão de um conjunto de valores ligados aos interesses das classes dominantes.

No Brasil, o desenvolvimento da educação desde o período colonial, particularmente a de nível superior, marcou historicamente a universidade como lugar de formação dos filhos das classes dominantes, enquanto as classes subalternas eram excluídas desse processo. As universidades foram criadas visando à formação de uma elite dirigente para o país e, mesmo com mudanças ocorridas ao longo dos séculos, essa natureza não se alterou em sua essência.

Tal realidade é explicitada por Moreira (2016, p. 137) ao pontuar que, “Reconhecido como um privilégio, o acesso à Educação Superior representa, do ponto de vista econômico, uma alavanca de ascensão social [...]. Em suma, este nível de Educação, na experiência brasileira, é um forte vetor de desigualdade”. Ou seja, a educação superior preservou, mesmo



ao longo dos séculos, uma lógica fortemente voltada à profissionalização determinada pelos interesses das classes dominantes. Exemplo disso é o que analisa Tonet (2005), sobre os objetivos educacionais adotados nas realidades contemporâneas, que se resumem na preparação para o mundo do trabalho, na formação ética e para a cidadania, e na preparação para a participação social e que, explicitamente, não apontam para além do capital.

Importa saber que a consolidação de uma sociedade urbano-industrial no país no estágio de formação e expansão do capitalismo (entre 1860 e 1950) provocou alterações nas demandas sociais em diversas áreas, incluindo a educação superior. Nesse campo, as exigências se originaram, principalmente, a partir do crescimento da população urbana associado à industrialização e monopolização; dos novos anseios por ascensão social da pequena burguesia; e das novas exigências de requisitos educacionais para ocupação de cargos nos serviços públicos e privados.

Nesse sentido, fica evidente que a educação institucionalizada, principalmente após a Proclamação da República, serviu ao propósito de, não apenas:

[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educados' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2008, p. 35).

O que leva a compreender a maneira como o impacto da lógica do capital sobre a educação tem se mostrado implacável ao longo do desenvolvimento do sistema. Mesmo que as formas de imposição da ordem estrutural do capital na Educação se modifiquem com o tempo, não se apresentando mais como no início da acumulação primitiva, ela se mantém presente, adaptando-se aos contextos históricos alterados.

Com o papel da ciência sendo afirmado, cada vez mais, como alicerce das relações entre capital e trabalho, tanto a criação como a expansão da educação superior também tiveram como pano de fundo as necessidades do capital, abrindo caminho para o empresariamento da educação, além de colaborar na construção de estratégias de obtenção de consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade.

Mesmo com a expansão do ensino superior, não significa que trabalhadores e burgueses começaram a receber a mesma educação, nem que a usufruíram sob as mesmas condições. Isso porque, as desigualdades sociais e educacionais, garantidas por uma dualidade estrutural, acontecem de acordo com a divisão social do trabalho, fazendo com que as finalidades da



educação para cada classe social sejam diferentes e sirvam, a princípio, para manter e reforçar o papel de cada uma delas no processo produtivo.

Importa considerar que, mesmo quando se trata do contexto contemporâneo da educação superior no Brasil, a ampliação das possibilidades de ingresso, por si só, não representa a garantia universal de acesso dos/as estudantes neste nível de ensino, especialmente daqueles/as oriundos/as da classe trabalhadora, dadas as diversidades existentes dentro dessa categoria.

No caso dos/as ingressantes nas universidades públicas, estes/as podem buscar atendimento por meio de ações como as de assistência estudantil, que se configuram como estratégias que contribuem para minimizar os efeitos das desigualdades. Tais ações preveem o atendimento articulado mediante a oferta de serviços e disponibilização de auxílios (em sua maioria financeiros), a estudantes das Instituições de Ensino Superior – IES. Aponta se, portanto, para a potencialidade da assistência estudantil no sentido de contribuir para a formação acadêmica, na defesa do acesso e da permanência na educação superior como um direito dos/as estudantes, com garantia de execução e financiamento públicos promovidos pelo Estado. Isso sem ocultar o caráter seletivo e não universal da oferta dessas ações.

Nesse sentido, também se faz necessário pautar o financiamento da educação superior, pois, de acordo com Castro (2010), são os recursos públicos que propiciam as principais condições materiais para viabilizar a formulação e implementação das políticas educacionais, podendo ser limite e obstáculo ao atendimento das demandas por bens e serviços educacionais. Contudo, uma vez que a lógica neoliberal influencia a concepção de responsabilidade estatal sobre as políticas públicas, o que se tem é uma realidade a qual, historicamente, “[...] não houve de fato uma prioridade macroeconômica concedida às políticas educacionais pelos governos [...], ocorreu apenas a manutenção do status quo de gasto da política educacional” (Castro, 2010. p. 186), refletindo em uma restrição deliberada de gasto para o ensino superior, que prevaleceu até após iniciado o século XXI.

O reflexo dessa realidade nas ações de atendimento aos/às estudantes que demandam de auxílio (além do ingresso), indica que, embora instituída uma Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Lei n. 14.914/2024) – garante recursos orçamentários do Ministério da Educação para sua execução, visando ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos cursos –, tem-se ainda presente uma realidade de vulnerabilidade entre a população de estudantes do ensino superior no Brasil.

Uma vez que a PNAES regulamenta a assistência estudantil exclusivamente para as instituições federais, é importante destacar que em instituições de âmbito estadual, as ações de



assistência aos estudantes (quando existentes) são desenvolvidas de acordo com o regramento de cada universidade.

No Estado do Paraná, por exemplo, não há norma específica que regulamente as ações para permanência dos/as estudantes no ensino superior. Além disso, as universidades estaduais paranaenses têm vivenciado um contexto de precarização, desmontes e redução de investimento público, o que impacta tanto na manutenção de serviços essenciais e contratação de profissionais, como na ampliação ou implementação de serviços.

Todo esse contexto paranaense é agravado pelas medidas governamentais (em nível federal e estadual) que impactam no financiamento da educação superior. Assim, pode-se dizer que, juntas: a proposta da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), a vigente Emenda Constitucional Nº 95/2016 (regula o teto dos gastos públicos) e a Lei Geral das Universidades – LGU (Lei Estadual Nº 20.933/2021, que cria parâmetros de financiamento das universidades), configuram-se como um dos maiores ataques à educação superior pública estadual na atualidade.

Quanto ao contexto nacional – que, conforme observado, influencia os âmbitos estadual e municipal –, Moreira e Oliveira (2020) asseveram que as políticas para a educação superior que vem sendo implementadas no contexto pós aprovação da EC 95/2016, precisam ser compreendidas como expressão da conjuntura do país em um período marcado por inúmeros tensionamentos e que estes se espraiam no presente, impactando de forma substantiva sobre a própria oferta e o financiamento.

O que fica elucidado também por Moreira e Oliveira (2020), é que o avanço do neoliberalismo no Brasil, de forma extremada no século XXI – com destaque para a ascensão da extrema direita, decorrente das eleições de 2018 no país –, apresenta um importante redesenho das relações entre Estado e Sociedade. O significado disso se mostra na implementação de uma agenda econômica ultraneoliberal pelo governo federal, cuja lógica diverge dos pilares da Constituição Federal de 1988. De acordo com a autora:

Desde o governo de Michel Temer [...] vem se intensificando as mudanças econômicas em prol da sociedade de livre mercado e de redução do Estado. A implementação de uma agenda ultraliberal na economia e nos costumes, também marcadas por práticas autoritárias, vem se materializando por meio de reformas encaminhadas pelo governo federal por intermédio de Medidas Provisórias, alterando a definição das prioridades de ação estatal no país (Moreira; Oliveira, 2020, p. 01-02).

Tal realidade tem violento poder de impacto sobre as formas de reprodução da vida em sociedade em diversos âmbitos, seja em relação às mudanças na noção de responsabilidade



estatal e financeirização das políticas públicas, como na forma de apreender as relações sociais em um contexto onde se confere aos indivíduos um elevado grau de responsabilização individual pelo atendimento às próprias demandas.

Importa destacar, que não se trata unicamente da educação, mas da relação intrínseca desta, e das demais categorias da vida social, como o trabalho, pois, conforme afirma Tonet (2005, p. 136), “[...] só podemos compreender corretamente o fenômeno da educação na medida em que entendermos o porquê do seu surgimento e a função que ele exerce neste processo de tornar-se homem do homem. Partimos, para isto, da categoria do trabalho [...]”.

De acordo com Antunes (2018), no Brasil, o mundo do trabalho – que compreende, além da atividade de trabalho em seu sentido estrito, também o lugar social em que se ela realiza –, na atualidade, é marcado pela tríade: precarização, terceirização e informalidade, o que colabora para uma espécie de sociedade dos adoecimentos no âmbito laboral, provocada pela devastação neoliberal. A precarização do trabalho tornou-se a regra e vem se expandindo nos setores públicos e privados, contexto em que também se aprofundam as contradições entre trabalho e educação.

Ao contextualizar tal realidade no cotidiano dos/as trabalhadores/as remunerados/as que são, ao mesmo tempo, público da educação superior, se destaca também a questão de que as jornadas múltiplas podem levar ao adoecimento e desgaste (físico e emocional) desses indivíduos, situação agudizada por relações de trabalho que degradam e desumanizam. Isso porque, conforme afirmado por Marx (2010), o que resulta da relação capital-trabalhador é a anteposição do capital, pois toma o indivíduo como mercadoria, como um ser desumanizado mental e fisicamente que só tem importância à medida que vende sua força de trabalho para produzir o capital que lhe é estranho.

Diante do exposto se reconhece, em concordância com Souza (2015, p. 218), que:

[...] las demandas de la sociedad por educación y las (no) respuestas del Estado provocan que los investigadores tomen los temas que se encuentran en el epicentro de esas disputas como objetos de estudio [...]. La política es dinámica, compleja, controversial y, como las demandas por educación son crecientes, los estudios de política educativa se han expandido cuantitativamente y también en relación a la diversidad de los abordajes. [...] la prioridad dada a tales objetos indica el predominio de estudios que toman la relación Estado y sociedad ante los reclamos sociales por la garantía y/o ampliación del derecho a la educación.

Mais ainda, embora se avalie fundamental discutir a ampliação do acesso à educação superior como um direito, entende-se ser fundamental dialogar sobre as condições que se fazem presentes e determinantes das condições de acesso e de permanência no ensino superior, bem



como, das formas como os sujeitos vivenciam essa trajetória. Para isso, considera-se não unicamente a perspectiva de cidadania, mas a necessidade de um olhar atento para as condições objetivas e subjetivas de existência dos/as acadêmicos/as que se encontram na situação de estudantes-trabalhadores/as, refletindo sobre os dilemas e os conflitos dessa realidade.

Também, trata-se de analisar a educação superior pública no Brasil dentro do contexto de uma sociedade capitalista, o que torna ainda maior a responsabilidade na realização de estudos, pois, de acordo com Moreira e Oliveira (2020), a ação de desvelar a realidade (especialmente por meio da pesquisa) é um ato político em defesa não apenas do trabalho dos/as pesquisadores/as, mas, também, em defesa de um projeto societário distinto deste, produtor e reproduzidor de desigualdades que está posto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observar a dinâmica dos/as estudantes na graduação, David e Gazotto (2014) constata um elevado índice de defasagem de ensino, lazer, cultura e até mesmo condições baixas de saúde, moradia e alimentação, entre outras vulnerabilidades, o que leva a considerar que a ausência ou insuficiência de recursos para sanar tais necessidades pode incorrer na exclusão de estudantes do ensino superior público.

Destaca-se que, inseridos/as nessa realidade, muitos/as estudantes recorrem ao ingresso em postos de trabalho remunerado, tanto para atender às suas necessidades básicas, como para garantir condições mínimas para cursar a graduação. Há, também, aqueles/as que já ocupavam postos de trabalho antes de ingressar no ensino superior e se mantêm após o ingresso. Em ambos os casos são estudantes que incorporam jornadas múltiplas em seus cotidianos, em que a exaustão proveniente da rotina laboral é acrescida das novas exigências para/com os estudos.

Importa evidenciar, ainda, a realidade do trabalho doméstico não remunerado (majoritariamente exercido por mulheres) que agrega à realidade estudantil mais tarefas, além das questões relacionadas à divisão sexual do trabalho no âmbito público e doméstico. Isso denota, recorrendo à Federici (2021), que tratar sobre a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do capital exige pensar o desenvolvimento capitalista também do ponto de vista de domicílios, cozinhas e quartos onde a força de trabalho é produzida diariamente.

Agrega-se a isso, a sujeição de muitos/as estudantes a atividades e relações marcadas pela precarização inerente à nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018), com baixa remuneração, vínculos informais, insegurança, desproteção previdenciária, jornada extenuante, cobrança por produtividade, assédio moral, entre tantos outros aspectos que, além de todo o



exposto, também inviabilizam uma dedicação ampla aos estudos e, muitas vezes, determinam as condições objetivas para realização e conclusão dos cursos universitários.

Conforme analisa Antunes (2018), identificam-se, na atualidade, alterações nas formas de emprego e gestão da força de trabalho e dos processos produtivos; o elevado estímulo à flexibilização de contratos; assim como a procura por trabalhadores polivalentes, multifuncionais e colaborativos para exercer uma (pseudo) gerência participativa, típica das relações de trabalho que se reconfiguram na atualidade.

Essa tendência é permeada pelo discurso difundido no âmbito do mercado a fim de induzir trabalhadores a se tornarem autônomos, sendo que, na realidade, o que ocorre é a submissão a um processo de venda de horas de trabalho em instituições, onde o empregador é isento da responsabilidade com os encargos sociais da contratação. Situação que reflete também na concorrência acentuada entre os trabalhadores e na fragilização das possibilidades de organização coletiva, entre outros tantos impactos. Assim, conforme assevera Antunes (2005), a alienação do ser social e a perda de sua identidade e do sentido da vida levam ao término de uma classe que trabalha para viver, e ao surgimento de uma classe que vive para trabalhar.

Um estudo publicado pela Redação Ensino Superior (2020) apontou, a partir dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes a 2019, que 56,3% dos/as estudantes matriculados em cursos de graduação exerciam atividade remunerada para contribuir ou arcar com o orçamento familiar – e no caso daqueles/as que estudavam em instituições privadas havia, ainda, o custeio das mensalidades.

Os dados revelaram, também, que “O rendimento da maioria dos alunos que trabalham ou fazem estágio é de 1 a 2 salários mínimos. Há também uma quantidade considerável que recebe de 0,5 a 1 salário mínimo” Redação Ensino Superior (2020, s/p.). Isso denota que os “malabarismos” não são necessários somente para conciliar muitas atividades, mas também para suprir as próprias necessidades de subsistência (quando não de uma família inteira) frente a condições aviltantes de empregamento e de remuneração presentes na realidade brasileira.

Importa ressaltar, de acordo com dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2023), que desde 2019 diminuiu o número de estudantes de instituições públicas de ensino superior brasileiras que conseguem concluir a graduação, sendo 3% a menos que no período anterior. Aponta-se que as causas do fenômeno são diversas, pois, com o agravamento da crise econômica, muitos/as estudantes viram-se obrigados/as a trabalhar para se manter ou ajudar a família, sendo que: “Alguns conseguem conciliar emprego e faculdade, outros têm mais dificuldade e acabam deixando os estudos em segundo plano” (Andrade, 2023, p. 23). Tal movimento, comum em tempos de recessão, já vinha sendo observado nos últimos anos e se



acentuou com a pandemia de Covid-19, sendo os/as estudantes mais afetados/as aqueles/as em situação de maior vulnerabilidade social.

De acordo com Abramo, Venturi e Corrochano (2020), desde a década de 1980 são realizados estudos sobre a situação de trabalhar e estudar, no Brasil. Principalmente após o processo de ampliação do acesso à educação e o crescimento da presença de estudantes das camadas populares no ensino superior. Contudo, os autores assinalam que, “Na última década, o olhar da literatura para os desafios da combinação entre trabalho e estudos nesse nível de ensino, bem como para a necessidade de ações públicas dirigidas a jovens nesse campo, ainda é pouco presente” (Abramo, Venturi e Corrochano, 2020, p.527).

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se debater mais sobre o tema. E não apenas elevar o número de publicações científicas, mas sim, investigar a realidade dos/as trabalhadores/as-estudantes sob uma perspectiva de totalidade para compreensão dos impactos que o trabalho (sob a égide do capital) tem sobre a vida humana e pensar mudanças.

Também é imprescindível, ao apreender os efeitos da sobrecarga de trabalho e de estudos, considerar a exploração da população negra e indígena na economia colonial brasileira, que se desenvolveu a partir do trabalho forçado e de relações de apropriação sobre o corpo e a vida desses povos, em particular das mulheres. Assim como, os resquícios ainda presentes na conjuntura brasileira, advindos de uma sociabilidade fundada na opressão e na exploração, que acentuam e complexificam os desafios aqui apresentados, que recaem fortemente e majoritariamente sobre esses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou refletir sobre a inter-relação das categorias trabalho e educação, sob a perspectiva de que estas refletem as relações sociais de produção e o desenvolvimento histórico e social dos sujeitos. Além de destacar que, no Brasil, historicamente, a educação é vinculada/subordinada ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, aos interesses da sociedade do capital – cujo elemento fundante é a opressão de povos e de corpos pela exploração da força vital e de trabalho dos sujeitos.

Nesse contexto, observa-se que o cotidiano das universidades públicas é permeado por dilemas e conflitos vivenciados por seus/suas acadêmicos/as em busca de assegurar sua permanência no ensino superior. Trata-se de uma realidade que se complexifica ainda mais quando se refere aos/as trabalhadores/as que também são estudantes universitários, que representam uma parcela significativa do número de matriculados/as em cursos de graduação



no Brasil. O que se identifica, portanto, é que o exercício concomitante das atividades acadêmicas e laborais, além de poder afetar os objetivos educacionais dos/as estudantes, dificilmente ocorre de forma saudável, humanizada e autorrealizadora para estes/as.

Também foi possível identificar a existência de inúmeros desafios relacionados a alterações nas formas de emprego e gestão da força de trabalho e dos processos produtivos – marcados pela precarização e desumanização –, como as jornadas múltiplas que podem levar ao adoecimento e desgaste das/dos estudantes. Principalmente, considerando que as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora se mesclam às de continuidade/conclusão dos estudos universitários.

Diante do exposto, evidencia-se a contribuição das análises referidas ao longo do resumo, tanto para a comunidade científica, enquanto oportunidade de discussão sobre a temática e de ampliação da investigação; como para as universidades, no sentido de (re)pensar políticas públicas para assegurar maior qualidade nas condições (objetivas e subjetivas) de permanência; e para os/as próprios/as estudantes, no sentido de que se possa realizar pesquisas de campo que permitam conferir visibilidade à sua realidade e criar espaço para diálogo a partir de suas vivências cotidianas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos estudos**. São Paulo: CEBRAP, set./dez. 2020, v.39, n. 03. p. 523-542.

ANDRADE, R. de O. Cai de patamar o número de estudantes que conseguem concluir a graduação nas universidades públicas no Brasil. **Revista Pesquisa Fapesp**. Ano 24, n. 324, p. 35-37. Fev. 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTRO, J. A. de. Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. *In*. OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 169-190.

DAVID, C. M.; GAZOTTO, M. A. Políticas Públicas Educacionais: uma aproximação preliminar para discutir a política nacional de assistência estudantil da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. *In*: SILVA, M. M. J. (Org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. – 2. ed. – Campinas/SP: Papel Social, 2014. p. 183-195.



FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 61-85.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**. Online. Campinas, número especial, p. 397-416, abr./2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso: ago. 2024.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. (trad. Isa Tavares). – 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.

MOREIRA, C. R. B. S. **Breve panorama da educação superior no Brasil (2005-2014)**. Direito à cidade e ao trabalho: olhares de Brasil e Cuba. Curitiba: Kairós, 2016. p. 137-146.

MOREIRA, C. R. B. S.; OLIVEIRA, J. F. de. O futuro da Educação Superior diante da conjuntura. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 14, Apresentação. Jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/issue/view/2922/showToc>. Acesso: ago. 2024.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

REDAÇÃO ENSINO SUPERIOR. Maioria dos alunos de graduação trabalha. **Revista Ensino Superior**. Ensino edição 245, 2020. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2020/01/14/graduacao-trabalhos/>. Acesso: jul.2024.

SAMPAIO, S. M. R. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: Edufba, 2011. 273 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 305p.

SOUZA, A. R. La investigación en políticas educativas en Brasil: ¿de qué estamos hablando?. In. TELLO, C. G. (org). **Los objetos de estudios de la política educativa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015. p. 207- 221.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. 159 p.